



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2026

Requer informações ao Senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal.

Senhor Ministro,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre o pacote de medidas para a reforma agrária anunciado pelo Governo Federal.

O Governo Federal anunciou recentemente, durante o 14º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Salvador (BA), um pacote de medidas voltado à reforma agrária que totaliza R\$ 2,7 bilhões. O plano prevê a obtenção de 14 imóveis rurais e a criação de novos assentamentos nos estados de São Paulo, Bahia, Pará, Pernambuco, Sergipe e Maranhão, com o objetivo de assentar mais de 6,3 mil famílias. Tudo foi anunciado por meio da publicação de 7 Portarias do Incra (nº 1.605 a 1.611/2026) e 7 Decretos presidenciais (nº 12.827 a 12.833/2026), na qual declaram imóveis rurais de interesse social para fins de desapropriação.

Este movimento ocorre em um contexto de reaproximação política entre o Palácio do Planalto e o MST, gerando preocupações no setor produtivo quanto à segurança jurídica e ao potencial estímulo a novas invasões de terra.

Em 2025 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realizou com clareza e profundidade a avaliação da política do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de acordo com o Requerimento nº 11, de 2025, que Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Como encaminhamento, o relatório final ressaltou ser imprescindível que a política volte seu foco para as famílias já assentadas, garantindo-lhes condições dignas de permanência, titulação definitiva, capacidade produtiva e acesso a mercados, antes de avançar em novos ciclos de criação de assentamentos. O reequilíbrio entre as etapas do programa deve ser acompanhado de uma profunda revisão da governança fundiária, da modernização dos sistemas de informação, da articulação federativa e da transparência na gestão patrimonial. Em auditorias e relatórios realizados pelo Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU apontaram graves irregularidades cadastrais, falhas de governança informacional e riscos de desvio de finalidade.

Diante do exposto, solicitamos as seguintes informações sobre a destinação desses recursos para obtenção de novas terras para a reforma agrária:

1. Diante do anúncio de recursos na ordem de R\$ 2,7 bilhões, solicita-se o cronograma físico-financeiro para a aplicação dessa verba e quais rubricas orçamentárias darão suporte ao montante. Evidenciar os impactos orçamentários com as desapropriações propostas nos 7 Decretos;
2. O pacote que o governo propõe mistura atos com decretos de desapropriações com portarias com ajustes cadastrais de assentamentos já existentes do Incra. Como diferenciar o número de famílias atendidas que serão provenientes de novos

assentamentos das já existentes nos projetos de assentamentos que tiveram os dados atualizados;

3. Quais critérios técnicos foram utilizados para a desapropriação das propriedades mencionadas nos estados de São Paulo, Bahia, Pará, Pernambuco, Sergipe e Maranhão;
4. Considerando que o anúncio ocorreu durante o encontro nacional de um movimento social que frequentemente utiliza a ocupação de terras como forma de pressão, como o Ministério pretende garantir que tais medidas não incentivem novas invasões de propriedades produtivas, ferindo o direito de propriedade;
5. O próprio Governo Federal admitiu dificuldades na estrutura do INCRA para a realização de assentamentos. De que forma o órgão será aparelhado para gerir esse novo volume de recursos e processos de desapropriação sem incorrer em erros técnicos, como os já observados em outras regiões;
6. Houve diálogo prévio com as frentes representativas do agronegócio no Congresso Nacional para avaliar o impacto dessas desapropriações na produtividade regional das áreas afetadas.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Governo Federal anunciou, durante o 14º Encontro Nacional do MST em Salvador (BA), um robusto pacote de medidas visando atender demandas de movimentos sociais. O anúncio inclui a compra de 7 imóveis rurais, a desapropriação de outras 7 propriedades e a criação de 12 projetos de assentamento para atender mais de 6,3 mil famílias.

Embora o governo defenda que tais medidas buscam resolver "conflitos antigos", há uma nítida preocupação por parte da frente do agronegócio. O estreitamento de laços em ano eleitoral e a aceleração de desapropriações

podem gerar instabilidade no campo e insegurança jurídica para produtores que contribuem para o desenvolvimento econômico do país.

É imperativo que o Estado brasileiro atue com transparência, assegurando que a reforma agrária ocorra dentro dos ditames legais, respeitando a propriedade privada e sem ceder a pressões que utilizem métodos de ocupação irregular.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2026.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)